



RELATÓRIO ANUAL 2014

Plano de Gestão de Riscos 2014/2015

Instituto Politécnico de Leiria e Serviços de Ação Social

Leiria, julho de 2015

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório reporta ao primeiro ano de vigência do Plano de Gestão de Riscos 2014-2015 do Instituto Politécnico de Leiria (IP Leiria) e Serviços de Ação Social (SAS). Dentro do universo IP Leiria, a monitorização e gestão dos riscos de corrupção e infrações conexas conta com cinco anos de experiência.

O documento mantém a estrutura do último ano, designadamente, a separação dos procedimentos em gerais e específicos, bem como a avaliação de cada risco com base em princípios adotados internacionalmente, os quais são classificados em função da probabilidade da ocorrência e da gravidade da consequência, como a seguir se ilustra:

MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS

Probabilidade de ocorrência \ Gravidade da consequência	Fraca	Normal	Forte
Baixa	Reduzido	Reduzido	Moderado
Média	Reduzido	Moderado	Elevado
Alta	Moderado	Elevado	Elevado

Fonte: adaptado de FERMA (2003)

Relativamente ao grau de execução, os resultados são organizados por estes níveis de risco, apresentando-os por áreas de intervenção e indicando, entre parêntesis, o número de resposta aos procedimentos por parte dos responsáveis nas unidades orgânicas e direções de serviços.

Às respostas recebidas são atribuídos três níveis de execução: “E” – significa que o procedimento foi executado; “PE” – significa que o procedimento foi parcialmente

executado, estando em curso a sua conclusão; e “NE” – significa que o procedimento não foi executado mas já poderia ou deveria ter sido.

O documento apresenta os resultados da monitorização do primeiro ano do biénio 2014-2105 e, para além desta introdução, está organizado em três capítulos: no segundo, é feita a avaliação dos procedimentos de prevenção; no terceiro, é indicado o grau de execução e evolução da implementação das medidas e são analisadas as justificações para a não execução de medidas; e, no quarto, são apresentadas recomendações e ajustamentos, bem como propostas de melhoria consideradas necessárias.

2. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

Neste capítulo é feita a avaliação das medidas de prevenção dos riscos incluídos no Plano.

Em termos gerais, considera-se que as medidas previstas foram corretas e adequadas, contribuindo para eliminar ou evitar os riscos identificados; a maioria das medidas encontra-se implementada ou em fase de implementação, devendo, sempre que se mostre necessário, ser assegurada a sua continuidade e ou atualização.

A Comissão de Monitorização efetuou o controlo anual da gestão de riscos, através do questionário *online* e, na tabela que se apresenta de seguida, procura ilustrar a evolução da aplicação das medidas do PGR em 2014.

Medidas Gerais

Medidas a adotar	Execução
------------------	----------

	E	PE	NE
1) Transparência Ênfase na transparência da gestão ao nível dos processos (via sistema de órgãos que privilegia a participação das pessoas) e da informação (divulgação e acesso).	x		
2) Presença on-line Conferir maior visibilidade à página web do IPLeiria no espaço reservado à prevenção de riscos de gestão e de corrupção e infrações conexas, designadamente quanto à declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos e escusa.	x		
3) Divulgação Envio do PGR por correio eletrónico; conclusão do concurso para criação de spot, alargando-o às escolas secundárias.		x	
4) Formação Promoção de formação específica conexas com a prevenção de riscos e contabilidade pública.	x		
5) Auditoria informática Realização de auditoria externa ao sistema informático DIGITALIS, para verificação da fiabilidade, designadamente face a ataques à sua segurança.		x	
6) Auditoria financeira Verificação anual pelo GACI, com reporte ao CG, às recomendações da auditoria externa no âmbito do RJIES. Revisão de procedimentos tendo em conta os relatórios de auditoria que são divulgados, com vista à melhoria de processos.	x		
7) Monitorização Monitorização do PGR através de suporte informático <i>online</i> .	x		

Medidas Específicas

Nível de risco ELEVADO (95)	Execução		
	E	PE	NE
Despesa (61)	48	11	2
Pessoal (10)	7	1	2
Receita (9)	7	1	1
Estudantes (1)	0	1	0
Património (14)	10	3	1

Nível de risco MODERADO (151)	Execução		
	E	PE	NE

Despesa (32)	28	3	1
Pessoal (32)	23	4	5
Receita (44)	41	2	1
Estudantes (36)	32	1	3
Património (7)	4	1	2

Nível de risco REDUZIDO (38)	Execução		
	E	PE	NE
Receita (1)	1	0	0
Estudantes (37)	28	6	3

Nota: Todas as medidas de verificação realizadas pelos serviços indicados no presente relatório são suportadas por prova documental, indicando o número da medida objeto de procedimento e o responsável pelo mesmo.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com a informação obtida, confirma-se a ideia de que a comunidade do IPLeiria e SAS incorporaram o PGR como prática de gestão.

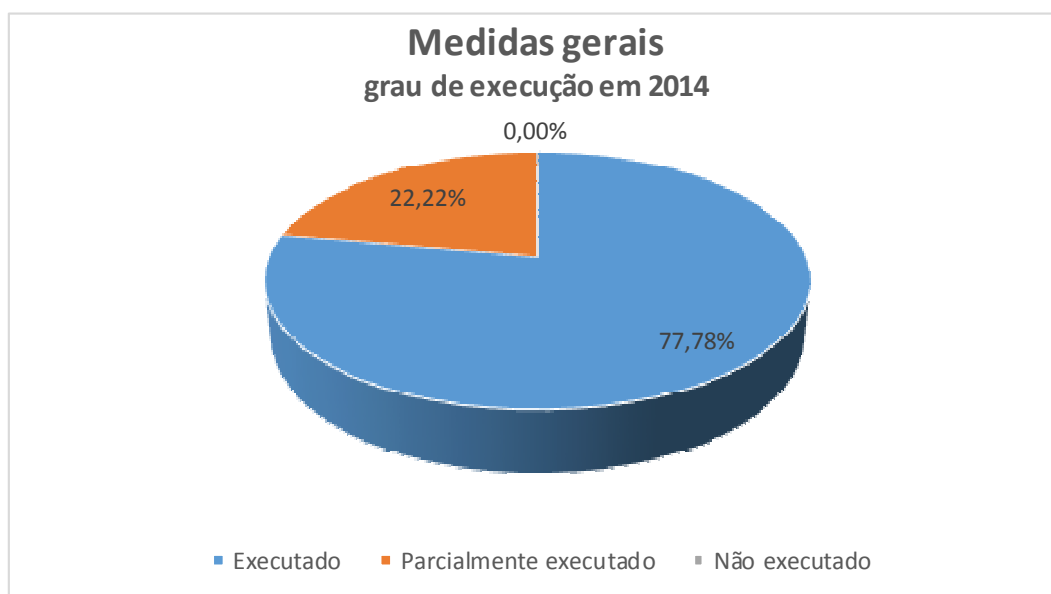
Verifica-se que a dificuldade em aumentar as taxas de cumprimento de alguns dos procedimentos previstos para 2014 deve-se, essencialmente, às dificuldades na alocação de recursos humanos e financeiros.

3.1. Medidas gerais

A execução das medidas gerais apresenta a seguinte distribuição final:

- 77,78% - Executado.

- 22,22% - Parcialmente executado.
- 0% - Não executado.

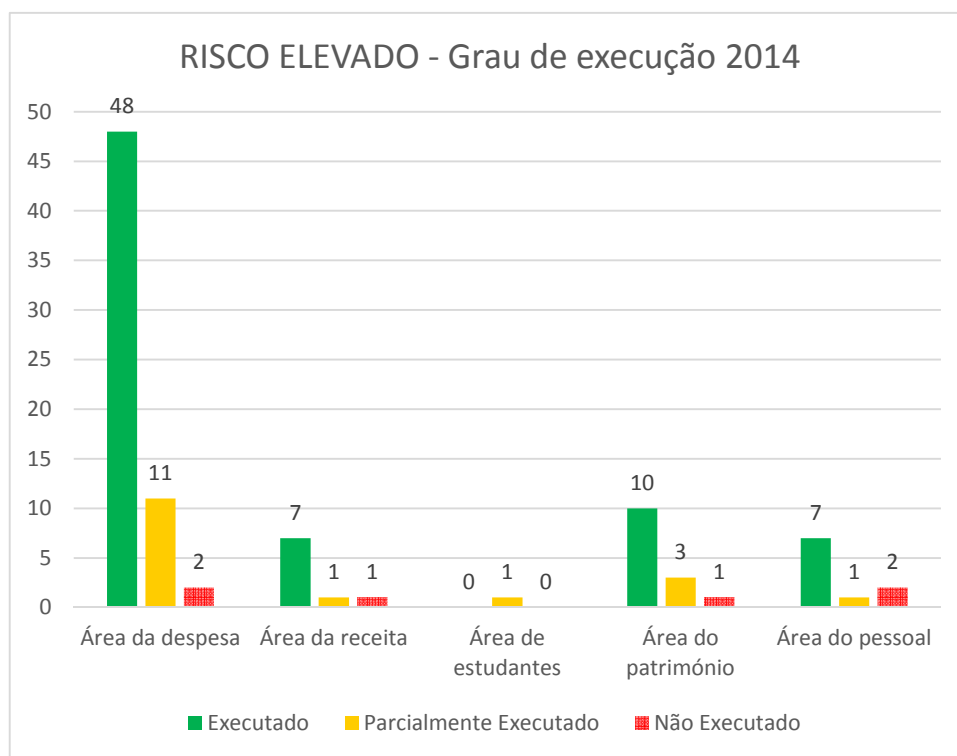


As medidas gerais que se encontram parcialmente executadas são:

- “Medida 3 – divulgação”; o lançamento de um concurso para criação de *spot* encontra-se em desenvolvimento, tendo sido revista a proposta inicial no sentido do alargamento ao universo do ensino secundário, esperando-se a sua conclusão no decurso de 2015.
- “Medida 5 – auditoria informática”; a realização de uma auditoria independente ao sistema informático da DIGITALIS para verificação da fiabilidade, designadamente face a eventuais ataques à sua segurança, encontra-se em fase de implementação, com o desenvolvimento de serviços por uma empresa especializada relativamente a políticas de segurança, prevendo-se a adjudicação para breve dos serviços da auditoria.

3.2. Medidas específicas – risco elevado

A execução das medidas específicas com nível de risco elevado apresenta os seguintes resultados:



Existem 6 medidas não executadas, designadamente:

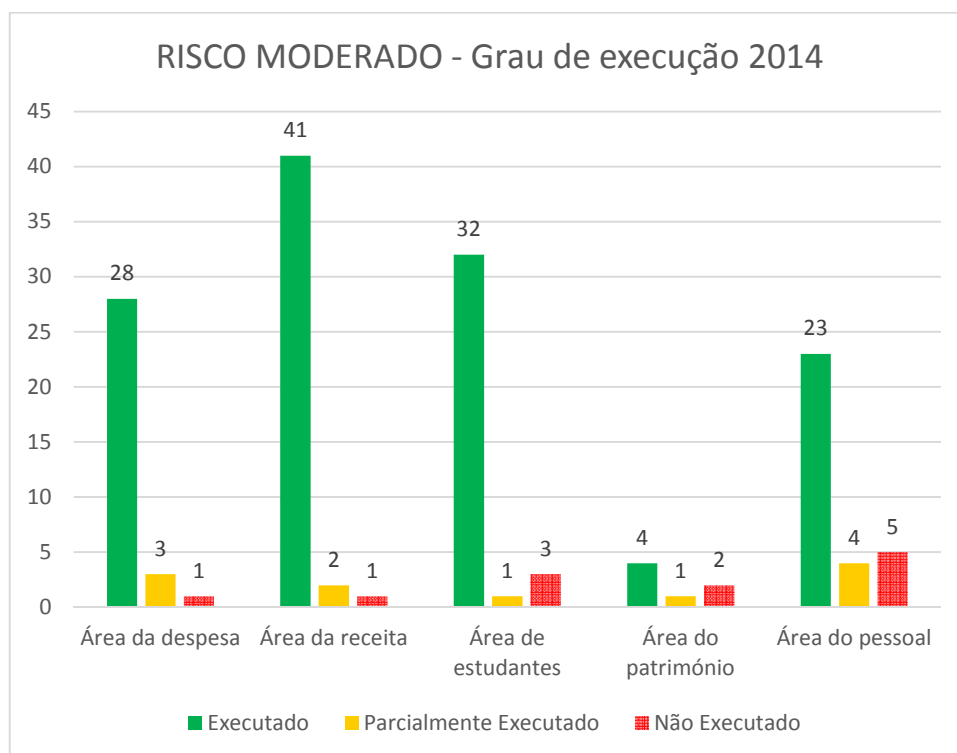
- A formação na área do planeamento (m 3.3), pelo facto de ter sido dada prioridade a outras áreas de formação como, por exemplo, responsabilidade dos gestores públicos.
- A verificação aleatória da utilização da base de recrutamento, por amostragem, a 5% processos em cada Escola e FOR.CET (m 11.2), por limitação de recursos humanos.
- Prevenção do risco de não cumprimento da obrigação de, todos os meses, os trabalhadores que possuam outra(s) atividade(s) prestada(s) nas entidades

previstas no n.º 9, do artigo 19.º da Lei n.º 55 – A/2010, de 31 de Dezembro, em acumulação de funções, informarem a DSRH sobre os valores auferidos no mês anterior no âmbito dessa(s) atividade(s), através do envio mensal de alertas e comunicação às entidades de controlo (m 12.2); e

- A verificação periódica e aleatória a 25 fichas de saída ou de requisição interna, foi executada em 3 UO, parcialmente executada em 2 UO e não executada por 1 serviço (m 41.4).

3.3. Medidas específicas – risco moderado

A execução das medidas específicas com nível de risco moderado apresenta os seguintes resultados:



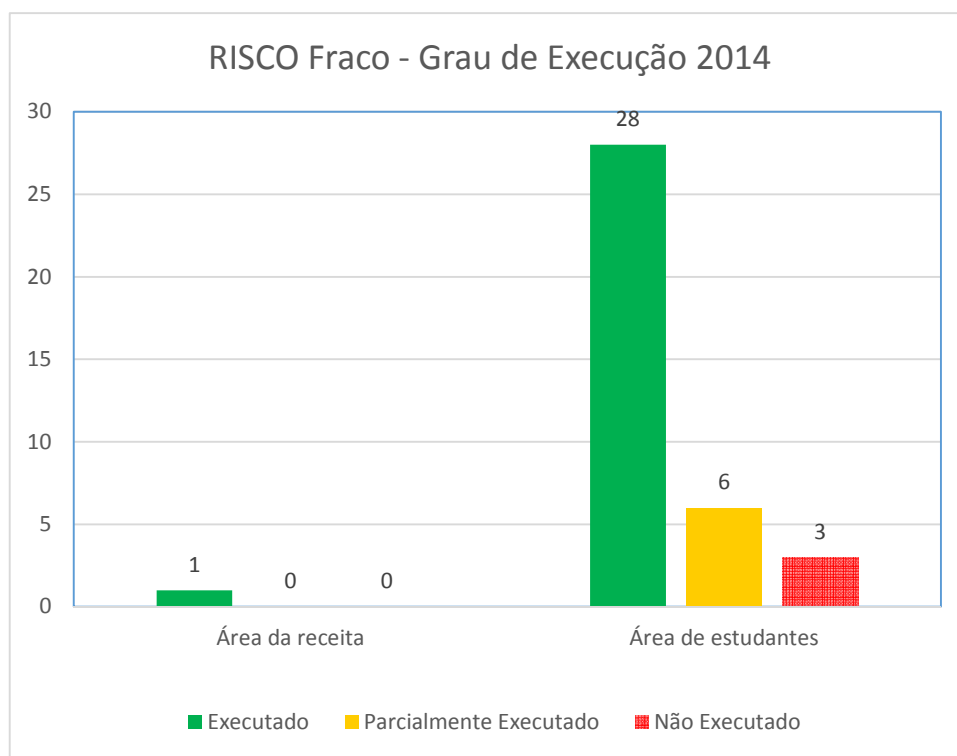
As 12 medidas por executar referem-se a:

- A verificação de material aquando da sua receção, foi executada em 6 UO / Serviços, parcialmente executada em 2 UO e não executada por 1 UO (m 1.1);

- A nomeação de júris diferenciados para cada concurso, com convite preferencial a pelo menos um membro do júri e/ou especialista externo à UO nos concursos de pessoal docente e não docente e de bolseiros, foi executada em 4 UO, parcialmente executada em 2 UO e não executada por 1 serviço (m 10.1);
- Ampla divulgação do regime de acumulações (m 18.1);
- Análise aleatória a 5 processos de candidatos a programas de mobilidade (m 20.1), devido ao seu número reduzido e à objetividade, publicidade e transparência do processo de candidaturas e seriação;
- Na venda de merchandising e livros, a revisão do sistema de gestão de stocks foi executada em 6 UO / Serviços, parcialmente executada em 2 UO / Serviços e não executada por 1 serviço (m 27.1);
- Verificações aleatórias da creditação de formação, por amostragem, a 5 processos por ano letivo / Escola, foi executada em 4 UO e não executada por 1 UO (m 32.3);
- A seriação dos candidatos a concursos especiais, reingressos, mudanças de curso e transferência: Seriação e creditação via plataforma informática; especificação e divulgação da pontuação dos candidatos em cada item, foi executada em 4 UO e não executada por 1 UO (m 33.3);
- Elaboração de um manual de procedimentos relativo a ofertas, atribuição de donativos e patrocínios ao IPLeia / Escolas, nomeadamente ao abrigo do Estatuto do Mecenato (m 42.1), o qual aguarda pronúncia dos diversos serviços envolvidos.

3.4. Medidas específicas – risco reduzido

A execução das medidas específicas com nível de risco reduzido apresenta os seguintes resultados:



As 3 medidas por executar, referem-se:

- À verificação aleatória, por amostragem, a 5 processos de creditação de unidades curriculares no âmbito de programas de mobilidade foi executada em 4 UO e não executada por 1 UO (medida 35.3);
- À especificação e divulgação da pontuação dos candidatos na admissão aos cursos conferentes, ou não, de grau académico foi executada em 4 UO, parcialmente executada por 1 UO e não executada por 1 UO (medida 36.1); e
- À verificação aleatória, por amostragem, a 5 processos de candidatura nos cursos conferentes, ou não, de grau académico, foi executada em 4 UO e não executada por 1 UO (medida 36.2).

4. RECOMENDAÇÕES

Como se pode constatar, a totalidade das medidas gerais encontra-se “executada” ou “parcialmente executada”; as medidas específicas estão largamente implementadas ou em processo de implementação, devendo ser assegurada a sua continuidade. As medidas “não executadas” serão objeto de análise e, com base nas justificações recebidas, procurar-se-á incentivar a sua realização no ano de 2015 e, nos casos em que se justifique, avaliar a sua pertinência.

Neste processo de monitorização, propõe-se ao Conselho de Gestão do IPEiria a intensificação de esforços na execução de algumas medidas e a aprovação de alguns ajustamentos, designadamente:

- Reforço da divulgação do PGR para aumento da sua visibilidade e conhecimento, concluindo o lançamento do concurso para criação de *spot* de divulgação.
- Concretização, em 2015, da medida geral relativa à segurança do sistema informático.
- Aprovar que, em alternativa ao atual espaço de observações, todas as respostas “executado” e “parcialmente executado” apresentem evidência / justificação e, todas as respostas “não executado” apresentem justificação.

- Aprovar que toda a medida considerada “não aplicável” seja sempre objeto de justificação para posterior análise da pertinência da continuidade da UO / Serviço como “Responsável”.

A Comissão de Monitorização continuará a verificar a adequação das regras sobre os procedimentos adotados em 2014 e sua atualização, quando necessário, bem como, procederá ao início da avaliação e debate sobre a necessidade de introdução de novas medidas no Plano de Gestão de Riscos para o biénio 2016-2017.

LISTA DE SIGLAS

CCP	Código dos Contratos Públicos.
CCP	Comissões Científico-Pedagógicas.
CP	Código Penal.
CCISP	Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.
CPA	Código do Procedimento Administrativo.
DSA	Direção de Serviços Académicos.
DSD	Direção de Serviços de Documentação.
DSJ	Direção de Serviços Jurídicos.
DSRH	Direção de Serviços de Recursos Humanos.
ECPDESP	Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.
GACI	Gabinete de Auditoria e Controlo Interno.
GIC	Gabinete de Imagem e Comunicação.
IPLeiria	Instituto Politécnico de Leiria.
PI	Propriedade Intelectual.
PIABS	Pedido Interno de Aquisição de Bens e Serviços.
RG IPLeiria	Regulamento Geral da Formação Graduada e Pós-Graduada no IPLeiria e Regimes aplicáveis a Estudantes em situações especiais.
SAP	Sector de Aprovisionamento.
SAS	Serviços de Ação Social.
SPAT	Sector de Património.
UO	Unidades Orgânicas.

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Avaliação das medidas de prevenção	2
3. Conclusões	4
3.1. Medidas gerais.....	4
3.2. Medidas específicas – risco elevado	6
3.3. Medidas específicas – risco moderado.....	7
3.4. Medidas específicas – risco reduzido	8
4. Recomendações.....	10
LISTA DE SIGLAS	12
ÍNDICE	13